



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO 41/2025

1. DO OBJETO

1.1. Dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/21, visando aquisição de vestimentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) para a Brigada de Incêndio municipal, a fim de garantir a segurança dos brigadistas durante o desempenho de suas funções em situações de emergência e combate a incêndios, suprimindo a necessidade da Seção de Serviços.

1.2. As especificações e os quantitativos do objeto desta dispensa estão descritos conforme anexo I deste termo.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

A aquisição em questão tem o escopo de suprir a necessidade da Seção de Serviços do Departamento de Obras, Viação e Serviços, a aquisição dos equipamentos é necessária para atender às normas de segurança vigentes, bem como assegurar a proteção adequada dos agentes envolvidos no combate a incêndios e em ações preventivas. O atendimento à demanda garantirá a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela brigada.

A aquisição visa atender às necessidades da Brigada de Incêndio municipal, garantindo a proteção e segurança dos brigadistas em conformidade com as normas regulamentadoras de segurança do trabalho e combate a incêndios.

Ademais, é notório que a Administração conta com poucos recursos e materiais dessa natureza, sendo necessária aquisição dos mesmos, o que acarreta um grande empenho da seção municipal em demandas deveras burocráticas e necessárias.

Desse modo, ao optar pela celebração de um contrato, a Seção de Serviços terá um significativo cumprimento de suas obrigações.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



3. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação será formalizada por meio de dispensa de licitação, conforme permissivo legal contido no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, que permite contratação direta que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de serviços em geral e compras.

Nesse sentido, uma vez que a contratação pretendida corresponde a valor inferior ao referido na lei e a despesa não constitui fracionamento indevido, bem como o somatório das despesas realizadas com objetos idênticos ou de mesma natureza (do mesmo ramo de atividade), no mesmo exercício financeiro, por esta unidade gestora, não ultrapassa o limite estabelecido pelo art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, destaca-se o pleno atendimento dos requisitos legais.

Em conformidade com a Lei 14.133/21, art.75, §3º, incisos I e II caput, o orçamento coletado pelo setor solicitante, mediante consulta direta com fornecedor para pesquisa de preço, estimativa do valor médio praticado no mercado e que apresente-se de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, contenderá concomitantemente com as propostas adicionais de interessados após a publicação de abertura do processo de Dispensa de Licitação, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

A presente demanda refere-se à necessidade de aquisição de vestimentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) para a Brigada de Incêndio municipal, a fim de garantir a segurança dos brigadistas durante o desempenho de suas funções em situações de emergência e combate a incêndios.

5. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento de Santa Cruz das Palmeiras- SP, para o exercício 2025, na classificação abaixo:

Fichas: 161 – Seção de Serviços – Material de Consumo



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



6. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI OMPLEMENTAR Nº 123/2006.

De acordo com o que preceitua o art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, as contratações com base no art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/21 deverão ser realizadas preferencialmente com microempresas e empresas de pequeno porte (EM/EPP).

A preferência fixada no inciso IV do art. 49, da LC 123/2006 pode ser afastada em situações em que as peculiaridades práticas circunstâncias indicarem a inadequação da restrição das contratações a ME's e EPP's, por não ser "vantajoso para a administração pública" (art. 49, III da LC 123/2006), o que se evidencia em situações, por exemplo, de crise econômica, de redução dos recursos orçamentários, escassez de mercado específico, de fornecedores com aptidão destacada não enquadrados como ME's e EPPs..., a acarretarem conclusão quanto à conveniência de ampliação da pesquisa de preço (no caso de adoção do procedimento do §3º do art. 75 da Lei 14.133/21) ou escolha para fornecedores não enquadrados como ME's e EPPs;

7. PROPOSTA

A proposta deverá ser remetida com os dados da empresa (CNPJ, Razão Social, Endereço, Contato), datada e assinada pelo responsável pela elaboração.

O descritivo dos materiais e seus quantitativos seguem o modelo anexo I neste Termo de Referência.

As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação, independente de declaração da empresa.

8. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (TRINTA) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, de acordo com o critério de seleção de valor mais vantajoso de forma global.

10. PARA FINS DE CONTRATAÇÃO, DEVERÁ O FORNECEDOR COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida

PRAÇA CONDESSA MONTEIRO DE BARROS, 507 - CENTRO - PABX/FAX (19) 3672-1211

13650-000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP

CNPJ 46.371.654/0001-22 - INSCR. EST.: 611.076.142-112



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

- Declaração de comprovação do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (MODELO – ANEXO II)

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da proponente, que comprove(m):

- Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da dispensa.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRO

- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

- A certidão descrita no item anterior somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônico

10.5 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Conforme Art. 63 Inciso II da Lei 14.133/21 será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da empresa que apresentar proposta mais vantajosa.

Para se habilitarem a este certame, as empresas deverão apresentar os documentos elencados nos subitens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 deste termo e cumprir os requisitos neles especificados.

Os documentos deverão preferencialmente ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar a análise.

Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, ou qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal e certidão negativa de falência e concordata, ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) meses entre a data de sua expedição.

11. CONTRATO

A contratação será efetivada por meio de Nota de Empenho acompanhada de Autorização de Fornecimento ou Autorização de Execução de Serviço, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e decreto municipal 37/2023.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obrigação de efetuar o pagamento nas condições acordadas;

Obrigação de fornecer as informações necessárias para que o fornecedor possa executar o seu trabalho.

13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Cumprir os prazos solicitados pela administração quando houver necessidade da execução do serviço.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento da solicitação.

A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do e-mail sem prejuízo de outros meios disponíveis.

A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço eletrônico: deptoobras@scpalmeiras.sp.gov.br

15. DAS SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

PRAÇA CONDESSA MONTEIRO DE BARROS, 507 - CENTRO - PABX/FAX (19) 3672-1211
13650-000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP
CNPJ 46.371.654/0001-22 - INSCR. EST.: 611.076.142-112



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- Der causa à inexecução parcial do contrato;
- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Der causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;
- Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - As peculiaridades do caso concreto;
 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021

Santa Cruz das Palmeiras, 26 de setembro de 2025

LUIZ FERNANDO STOCCO
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA:

DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Termo de Referência para **AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS E EPIs PARA A BRIGADA DE INCÊNDIO MUNICIPAL**, a fim de garantir a segurança dos brigadistas durante o desempenho de suas funções em situações de emergência e combate a incêndios.

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para Dispensa de licitação para a aquisição de VESTIMENTAS E EPIs PARA A BRIGADA DE INCÊNDIO MUNICIPAL, para suprir necessidade da Seção de Serviços do Município de Santa Cruz das Palmeiras-SP, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos nos Estudos Técnicos Preliminares realizados com a finalidade de atender apenas demandas extraordinárias.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - Os materiais irão atender a Seção de Serviços no exercício de 2025: Atendimento de demanda específica descrita no ETP realizada através da Seção de Serviços.

2.2 - A contratação pelo Sistema de Dispensa de Licitação justifica-se pelos seguintes motivos:

2.2.1 - Por ser conveniente e apropriado a execução de forma parcelada e/ou por demanda.

2.2.2 - Não ser possível definir previamente, e com exatidão, o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3. NATUREZA DO OBJETO

3.1 - Os materiais contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



4. LEGISLAÇÃO BÁSICA

4.1 - O procedimento de contratação e execução deverá observar as diretrizes previstas nos seguintes dispositivos normativos:

4.1.1 - Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública e normas especiais, dos Decretos Municipais nº 6.110/2023 de 23/05/2023 (Registro de Preços) e 6.146/2023 de 23/05/2023, no que não conflitem com a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

5. OBJETO

5.1 - Dispensa de Licitação para futura e eventual Contratação de Empresa para fornecimento de VESTIMENTAS E EPIs PARA A BRIGADA DE INCÊNDIO MUNICIPAL através de DISPUTA POR LOTE GLOBAL, suprimindo à necessidade da Seção de Serviços e da Brigada de Incêndio, garantindo segurança e eficiência nas ações emergenciais de controle de incêndios, suprimindo a necessidade da seção supracitada e do Departamento de Obras, Viação e Serviços.

5.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 2021.

6. DETALHAMENTO DO OBJETO

6.1 - Os quantitativos pretendidos para a aquisição do objeto licitados são os expressos no TERMO DE REFERÊNCIA.

LOTE GLOBAL:

ITEM 01: 04 UNIDADES – BALACLAVA CAPUZ - CA: 15307 – MALHA ARAMIDA 1 CAMADA 300GR/M²

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 148,44

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 593,77

ITEM 02: 04 UNIDADES - -BLUSÃO BOMBEIRO - CA: 32.772 – BLUSÃO 3/4 DE SEGURANÇA PARA BOMBEIROS MILITARES E BRIGADISTAS. RESISTÊNCIA AO CORTE, ABRASÃO E IMPERMEÁVEL.

PRAÇA CONDESSA MONTEIRO DE BARROS, 507 - CENTRO - PABX/FAX (19) 3672-1211

13650-000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP

CNPJ 46.371.654/0001-22 - INSCR. EST.: 611.076.142-112



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



POSSUI FAIXAS REFLETIVAS RESISTENTES A CHAMAS E FORRO FIXO E COSTURA EM MATELASSÊ. FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER E VELCRO E MANGAS TIPO RAGLÃ COM FOLE INTERNO, BOLSO INFERIOR E CABEDAL PARA O POLEGAR. NORMA EM CONFORMIDADE: EN469. · BLUSÃO ¾ DE SEGURANÇA PARA BOMBEIRO · FAIXAS REFLETIVAS RESISTENTES A CHAMAS · FORRO FIXO E COSTURA EM MATELASSÊ · FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER E VELCRO · MANGAS TIPO RAGLÃ COM FOLE INTERNO, BOLSO INFERIOR E CABEDAL PARA O POLEGAR

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 2.102,43

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 8.409,73

ITEM 03: 04 UNIDADES - BOTA BOMBEIRO CA: 9992 - BOTA BOMBEIRO C/F ANTICHAMA BOTA CONFECCIONADA EM BORRACHA VULCANIZADA, COM ESPUMA TÉRMICA E FORRO TÉRMICO DESENHADA ESPECIALMENTE PARA BOMBEIROS. POSSUI SOLA COM DESENHO ANTIDERRAPANTE, RETARDANTE A CHAMAS, RESISTENTE A ESCORREGAMENTO E À ABRASÃO. ISOLAMENTO ELÉTRICO PARA TENSÕES ATÉ 600 VOLTS. CERTIFICADO DE CONFORMIDADE: EN15090.

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 964,73

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 3.858,93

ITEM 04: 04 UNIDADES – CALÇA BOMBEIRO CA: 31931 - CALÇA DE SEGURANÇA PARA BOMBEIROS MILITARES E BRIGADISTAS. RESISTÊNCIA AO CORTE, ABRASÃO E IMPERMEÁVEL. POSSUI FAIXAS REFLETIVAS RESISTENTES A CHAMAS E FORRO FIXO E COSTURA EM MATELASSÊ. CALÇA COM SUSPENSÓRIO EM ELASTÔMERO COM ENGATE RÁPIDO. NORMA EM CONFORMIDADE: EN469. · CALÇA DE SEGURANÇA PARA BOMBEIRO · FAIXAS REFLETIVAS RESISTENTES A CHAMAS · FORRO FIXO E COSTURA EM MATELASSÊ · FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER E VELCRO · MANGAS TIPO RAGLÃ COM FOLE INTERNO, BOLSO INFERIOR E CABEDAL PARA O POLEGA

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 1.715,03

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 6.860,13



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ITEM 05: 04 UNIDADES - CAPACETE COMBATE A INCÊNDIO COM VISOR - CA: 35173 - TERMOPLÁSTICO VERMELHO COM REFLETOR PROTETOR NUCA

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 1.355,25

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 5.421,02

ITEM 06: 04 UNIDADES - LUVA BOMBEIRO - CA: 31986 - RESISTENTE AO CORTE E ABRASÃO: UTILIZADAS NAS INDÚSTRIAS QUE OPERAM ATÉ 250 GRAUS

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 503,95

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 2.015,81

ITEM 07: 04 UNIDADES - MÁSCARA FACIAL - CA: 30592 - MÁSCARA 3M AURA 9320BR

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 13,50

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 54,00

ITEM 08: 04 UNIDADES - ÓCULOS AMPLA VISÃO INCOLOR - CA: 36424 - ÓCULOS DE PROTEÇÃO MODELO AMPLA VISÃO, ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE PVC FLEXÍVEL, COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTA DE ONZE FENDAS NA PARTE SUPERIOR E SEIS NA PARTE INFERIOR, TIRANTE ELÁSTICO PARA AJUSTE E VISOR DE POLICARBONATO INDICADO PARA: INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL - INDÚSTRIA METALÚRGICA - INDÚSTRIA MINERADORA - INDÚSTRIA NAVAL - AGROINDÚSTRIA - MANUTENÇÃO INDUSTRIAL.

VALOR UNITÁRIO MÉDIO: R\$ 49,82

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 199,30

VALOR TOTAL MÉDIO: R\$ 28.976,72

6.2 - Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens lacradas, com o rótulo de identificação do produto visível e legível.

6.3 - Garantir que todo o objeto adquirido seja em conformidade com as especificações exigidas.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



7. NORMAS REGULAMENTADORAS

7.1 - Os materiais deveram conferir durabilidade e padrões de segurança exigidos em conformidade com a NR-23 sobre a Brigada de Incêndio

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 - O presente termo de referência foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria e nas premissas recomendadas pela Seção de Serviços do Município de Santa Cruz das Palmeiras-SP

8.2 - Este termo de referência constituirá parte integrante do edital da licitação a ser instaurada para viabilizar a contratação de empresa devidamente qualificada e que apresente o menor preço por lote para execução do objeto desta demanda.

8.3 - As empresas interessadas em participar da dispensa de licitação serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da ausência desta.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Anexo II

PROPOSTA DE PREÇOS

Modelo de proposta de preços:

Ref.: Dispensa de licitação nº 41/2025

Objeto: Aquisição de vestimentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) para a Brigada de Incêndio municipal, a fim de garantir a segurança dos brigadistas durante o desempenho de suas funções em situações de emergência e combate a incêndios.

À
Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras:

A empresa,
estabelecida à Rua, nº.....,
Bairro, Município de, Estado de, inscrita no
CNPJ sob nº..... Inscrição Estadual nº, pelo
presente, propõe fornecer o objeto da licitação, mediante a seguinte remuneração:

ITEM Nº 01 descritivo dos materiais.....

Valor unitário dos produtos R\$

Prazo de Validade da Proposta: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____

Empresa/cnpj

Assinatura representante legal

PRAÇA CONDESSA MONTEIRO DE BARROS, 507 - CENTRO - PABX/FAX (19) 3672-1211
13650-000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP
CNPJ 46.371.654/0001-22 - INSCR. EST.: 611.076.142-112



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Prezados Senhores,

Pelo presente, [nome da empresa], [QUALIFICAÇÃO], por meio de seu(s) REPRESENTANTE(S)(S), declara, para fins do disposto no inciso VI, do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as penas da legislação aplicável, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo aqueles em contrato de aprendiz, maiores de quatorze anos.

[LOCAL], [DATA]

REPRESENTANTE

RG nº

CPF/ME sob o nº